

1

1 **Ata nº 05/2024.** Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte quatro,  
2 reuniram-se nas dependências da SEMED, os Conselheiros: Adriano Martins Xavier, Ana Paula  
3 Riedel Pires, Angela Pereira Branco, Leticia Brandt Jorgensen de Almeida, Luiz Carlos da Costa  
4 Silva, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Rodrigo Cristiano de Oliveira, e como convidada:  
5 Daniela Medeiros de Oliveira, para a 4ª reunião ordinária do Conselho CACS- FUNDEB do  
6 Município de São José dos Pinhais, tendo como pauta: 1- Aprovação de atas e 2- Termo de  
7 fomento APAE.

8

9 A Presidente do Conselho Marilza Apª Pereira Teixeira, inicia a 4ª reunião do FUNDEB  
10 cumprimentando a todos, em seguida pergunta se houve algum apontamento sobre as atas,  
11 ninguém se manifestou, a ata foi aprovada. Na sequência a Presidente Marilza coloca sobre o  
12 termo de fomento com a APAE, passando o documento físico para todos os Conselheiros  
13 olharem e comenta que veio no dia 24/05 para uma reunião com a APAE que estava agendada,  
14 mas eles não compareceram, a mesma esteve conversando com o Igor que mostrou algumas  
15 coisas sobre APAE, repasses, devoluções, plano de trabalho. A Presidente Marilza coloca sobre  
16 a dificuldade deles elaborarem um Plano de ação, pois muitas vezes eles não conseguem  
17 cumprir o que foi colocado e acabam devolvendo recursos por falta de  
18 planejamento/organização, e eles estão solicitando um aumento de repasse, ficaram de  
19 agendar uma outra reunião com eles para fazer esses apontamentos, foi comentado da  
20 questão do repasse da Merenda que tem as complementações e também do transporte  
21 escolar. A Conselheira Angela comenta que acha importante fazer uma reunião com o  
22 Conselho mesmo, pois a briga com a APAE é porque eles querem que o repasse seja feito antes  
23 do início das aulas, por conta das contratações, mas já foi conversado com eles no meio do ano  
24 e foi colocado que a parte burocrática irá começar antecipadamente para que o Plano de  
25 trabalho fique pronto, será usado a média de valores de 2023 para que quando os valores  
26 oficiais saíam, já esteja tudo pronto, mas eles não fizeram isso, no final de janeiro mudaram  
27 todo o Plano de trabalho. A Conselheira Angela explica que os valores de repasse são feitos  
28 todos com dados oficiais. A Presidente Marilza comenta que o custo aluno deles é maior se  
29 fosse comparado com o custo aluno nacional. A Conselheira Angela coloca que seria  
30 interessante que fosse conversado com a APAE sobre eles garantirem algumas vagas para o  
31 Município, como é repassado verba do FUNDEB para eles, teria que ter algumas vagas  
32 garantidas para o Município, pois tem a necessidade de alguns alunos da Escola Madre Paulina  
33 passar para a APAE, e é bem difícil de conseguir, esse ano a Clície conseguiu 2 vagas, mas há 3

2  
34 anos que ela “brigava” por vaga. O Conselheiro Luiz pergunta se há uma obrigatoriedade de  
35 fazer esse repasse para a APAE. A Conselheira Angela responde que virou e explica que é  
36 recebido recurso pela APAE, e é repassado e as matrículas são contabilizadas no Censo. O  
37 Conselheiro Luiz pergunta se tem como colocar no próximo termo que eles tem que deixar  
38 essas vagas? A Conselheira Angela diz que precisaria de uma conversa porque tem  
39 documentos deles que fala sobre isso, devido ao repasse a APAE teria a obrigatoriedade de  
40 ceder, não tem quantidade, mas deveria ter essa contrapartida. A Conselheira Marilza coloca  
41 que eles estão com dificuldade de fazer a gestão, planejamento, organização, a partir do  
42 recurso que eles estão recebendo. O Conselheiro Tulio pergunta se a verba destinada é  
43 repassada de uma vez só. A Conselheira Angela responde que é dividido em duas vezes, uma  
44 no início do ano e outra na metade. O Conselheiro Túlio pergunta a quantidade de alunos  
45 atendidos. A Conselheira Angela responde que são trezentos e trinta e três ou trezentos e  
46 trinta e quatro, no total das duas unidades e explica que antes era repassado na forma de  
47 recurso livre era somente um termo, mas foi observado que a APAE do Centro era bem  
48 diferente da APAE Costeira, então foi dividido em dois Planos de trabalho e a partir disso a APAE  
49 Costeira mudou, foi reformada a cozinha, as salas, foi dado melhores condições e seria  
50 interessante marcar uma visita, para conhecer, acompanhar e para fazer os relatórios de  
51 prestação de contas no final do ano. A Presidente Marilza pergunta se alguém tem mais  
52 alguma dúvida e pergunta se está aprovado. Nenhum Conselheiro se manifesta contrário.  
53 Dando sequência à reunião a Presidente Marilza informa que foi recebido da Secretaria o  
54 ofício nº392/2024 – SEMED, referente aos contratos do transporte escolar que foi solicitado e  
55 também foi respondido ontem para o Sindicato, que a Samia não poderá ficar na suplência  
56 conforme indicação. O Conselheiro Luiz coloca que gostaria que o FUNDEB fizesse um  
57 requerimento a APAE, perguntando porque eles não fazem o atendimento quando é  
58 solicitado. A Conselheira Angela diz que antes de questioná-los é melhor ter uma conversa  
59 com eles, porque não existe um termo formal, é melhor ouvir o que eles têm para nos colocar  
60 e depois questioná-los. A Presidente Marilza concorda e diz que como têm alguns ajustes que  
61 precisa fazer com eles, se for para cima deles com uma cobrança incisiva, pode se perder esse  
62 relacionamento amigável. O Conselheiro Luiz coloca que não seria uma cobrança, só queria  
63 saber por que eles não disponibilizam essas vagas quando é solicitado e a destinação dos  
64 recursos que eles nos repassam, no extrato, por exemplo. A Presidente Marilza responde que  
65 isso volta, está tudo arrumadinho, certinho. A Conselheira Angela complementa que isso é a  
66 formalização do Plano e no final do ano tem duas ou três pastas, que é a prestação de contas,

3

67 eles prestam contas bimestralmente de tudo o que eles gastam e não só para a Prefeitura, mas  
68 também para o Tribunal de Contas, tudo o que eles gastam eles falam para onde vai e quando  
69 não está de acordo com o Plano de trabalho eles devolvem recurso para a conta. O  
70 Conselheiro Luiz diz que entendeu. A Presidente Marilza coloca que não existe um termo  
71 formal dizendo que eles têm que fazer atendimento das crianças do Município, é um acordo. O  
72 Conselheiro Adriano pontua que na realidade as APAEs do Município atendem crianças do  
73 Município, teria que ver quais os critérios que eles usam e colocar um critério que possa ser  
74 um indicação nossa. A Presidente Marilza coloca que esse atendimento eles fazem, quando no  
75 CMEI tem criança que é público da APAE, a gente encaminha e eles fazem, mas a gente está  
76 falando de outros atendimentos, por exemplo, do SUS, tem um neurologista que atende lá,  
77 tem psiquiatra, é desses atendimentos que a gente quer um pedacinho. A Conselheira Angela  
78 coloca que no caso da Clície é de vagas e seria interessante que ela viesse explicar essa parte  
79 da Educação Especial e porque ela tem necessidade de vagas dentro da APAE, às vezes tem  
80 crianças muito comprometidas que não tem todo o suporte dentro da Escola Madre Paulina e  
81 na APAE teria, seria bom a Clície colocar qual a necessidade dela, antes de questionar a APAE.  
82 A Conselheira Daniela pontua que as crianças da APAE ficam por muito tempo, não é igual ao  
83 CMEI, por isso se torna bem difícil abrir vaga, seria só com ampliação mesmo. O Conselheiro  
84 Luiz pergunta referente ao requerimento que ele solicitou da última vez, para enviar ao Estado  
85 referente ao repasse do transporte. A Presidente Marilza responde que não foi feito ainda,  
86 ficou faltando a informação de quanto o Município precisaria para cobrir o gasto com os  
87 alunos do Estado. A Conselheira Angela pergunta se não foi passado a tabela. A Presidente  
88 Marilza responde que não, vieram só os prestadores. O Conselheiro Túlio questiona como  
89 ficou a situação do transporte, das crianças que já tinham vaga na Escola Madre Paulina, mas  
90 ainda não tinha o transporte. A Conselheira Angela responde que o contrato emergencial está  
91 caminhando, mas como já havia dito, quando finalizar já vai ter outra fila de espera, e tem a  
92 questão da matrícula estar atrelada ao transporte, sabe-se que tem crianças que o pai não tem  
93 condição de levar, mas também tem aqueles que poderiam levar e não levam porque na  
94 Escola é falado que tem a vaga, mas não tem o transporte. A Presidente Marilza coloca que  
95 não tem isso em nenhum lugar escrito que a vaga está atrelada, é um acordo somente. A  
96 Conselheira Angela concorda e diz que já foi solicitado para não haver essa fala. O Conselheiro  
97 Luiz coloca que a questão do transporte foi encaminhada pelo Conselho Municipal de  
98 Educação o documento do Ministério Público e tinha uma situação colocada de que 45 famílias  
99 estavam matriculadas e não estavam freqüentando a Escola, foi questionada a Divisão de

4

100 transporte por conta disso, mas entende que quem está fazendo “errado” não é o transporte,  
101 é uma outra situação que não cabe ao Conselho do FUNDEB, precisa encaminhar isso a  
102 situação referente as matrículas atreladas para o CME. A Conselheira Angela coloca que a  
103 criança não está deixando de ir para a escola, ela está matriculada em alguma Unidade, só não  
104 está indo para a Madre Paulina. A Conselheira Angela coloca que o atendimento do especial é  
105 feito porta a porta, todos são atendidos e ficar vinculando dessa forma, se a legislação não for  
106 alterada, seja colocado critério, por exemplo, crianças até 2 km não sejam atendidas, a não ser  
107 que seja muito carente, senão vai chegar num limite que não vai ter mais condições de  
108 atender, porque não tem mais recurso. O Conselheiro Luiz pergunta quem que mudaria essa  
109 legislação. A Conselheira Angela coloca que seria uma conversa para os Conselhos  
110 provocarem, porque a Secretaria sozinha não vai conseguir. O Conselheiro Luiz coloca  
111 novamente a questão de fazer um requerimento solicitando essa discussão no Conselho,  
112 porque o Conselho Municipal de Educação, junto com o FUNDEB consegue enviar para a  
113 Câmara essa necessidade urgente de mudança de legislação. A Conselheira Marilza coloca que  
114 inicialmente não precisaria de uma alteração na legislação porque não está condicionado em  
115 nenhum lugar a matrícula ao transporte, o que precisa é de uma legislação para reestruturar,  
116 reorganizar o transporte, mas inicialmente um documento do Conselho que oriente que não se  
117 condicione para que os pais que consigam, possam levar. O Conselheiro Luiz coloca seria  
118 solucionado a questão do Madre, mas a Divisão de transporte tem essa necessidade da  
119 legislação. A Presidente Marilza diz: “Acho que não é no transporte, é no Departamento de  
120 Educação Especial, é as Unidades, nos estamos falando do Madre que é onde a gente tem a  
121 maior encrenca, se eu moro próximo, ou se eu tenho a condição de levar o meu filho, eu posso  
122 levar o meu filho, eu não posso dizer para a família não leve, fique aguardando o transporte,  
123 isso é uma coisa que precisa ser orientado, não diz que sim essa condicionalidade, mas  
124 também não diz que não, é uma coisa de cultura.” A Presidente Marilza pergunta se mais  
125 alguém gostaria de se colocar. Ninguém se manifestou. Não havendo mais nada a tratar a  
126 Presidente Marilza agradece a presença de todos e encerra a reunião.  
127 Eu, Valdinéia Santos de Lima, digitei essa ata que depois de aprovada será assinada pela  
128 Presidente Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

*Marilza Ap. P. Teixeira*

129